

Acordo à vista

A viagem aos Estados Unidos da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para participar da reunião anual do Conselho das Américas, revela-se oportuna para a reabertura de negociações sobre a dívida externa. Um encontro com os dirigentes dos seis maiores bancos norte-americanos, entre os quais os do **Citibank**, **Morgan Guaranty** e **Chase Manhattan**, que figuram entre os principais credores, corresponde à primeira ação oficial do Brasil para exame do problema, depois da posse do presidente Fernando Collor. É o sinal, também, de que o Governo considera a situação interna suficientemente controlada, pressuposto fundamental à retomada de entendimentos no plano externo.

Depois que o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Fundo Monetário Internacional passaram uma nota pública de confiança no programa de estabilização econômica, parece haver-se instalado clima mais favorável ao tratamento da questão. Desde logo se sabe que as conversações, do ponto de vista brasileiro, deverão desdobrar-se a partir de uma premissa básica. É a decisão do governo Collor de comprometer recursos para resgate da dívida e pagamento de juros depois de atendidas as necessidades nacionais vinculadas ao desenvolvimento e às graves demandas sociais. Em hipótese alguma, conforme reiteradas manifestações oficiais, o presidente Fernando Collor sacará sobre as reservas do País para satisfazer tais encargos sem antes assegurar-se de que ficam aqui disponibilidades adequadas.

As possibilidades do entendimento acabam de ser enriquecidas com a iniciativa presidencial de admitir a conversão de créditos externos em investimentos, para efeito de participação no controle acionário das empresas estatais a serem privatizadas. Trata-se de abertura extremamente útil ao encaminhamento de um acordo, pois demonstra a disposição do Governo brasileiro de enfrentar o problema com realismo e pelo uso de instrumentos flexíveis. Ampliam-se, assim, os espaços para o encontro de uma solução justa, ao tempo em que se removem do cenário os mecanismos ortodoxos de negociação, já malsinados pela obsolescência em um mundo febricitante de idéias renovadoras.

A admissão de capitais estrangeiros em áreas até então fechadas à iniciativa privada e à colaboração internacional representa, igualmente, decisão concreta do Governo brasileiro de implementar a política econômico-financeira na dimensão externa. Como se sabe, um dos mais solenes compromissos do presidente Fernando Collor é inserir a economia brasileira no contexto internacional, em via de mão e contramão, de modo a fazê-la agir a reagir segundo os cânones da economia de mercado.

Existem, portanto, pressupostos bastante favoráveis para que a ministra Zélia Cardoso de Mello possa induzir posições mais abertas nas conversações sobre a dívida. O Brasil quer e vai honrar os seus compromissos, mas necessita amparar-se em adequado programa interno de desenvolvimento e eliminar os seus vergonhosos indicadores sociais.